

O conceito de cognição jornalística

Percepção social do caso Charlie segundo correspondentes na imprensa brasileira

MARGARETHE BORN STEINBERGER-ELIAS

Professora Adjunta
Universidade Federal do ABC
mborn@ufabc.edu.br



á um modo tipicamente jornalístico de perceber e relatar os acontecimentos? Este trabalho explora a hipótese de que os jornalistas desenvolvem estratégias cognitivas tipificadas no exercício de sua profissão e que eles compartilham um sistema próprio de categorização da experiência que tenho chamado de “cognição jornalística” (Steinberger, 2004). Os acontecimentos são filtrados a partir da substância da atualidade através de um modo próprio que se revela através da linguagem jornalística. Sabe-se que os acontecimentos não são naturalizados e não existem *per se*, mas são o reflexo de uma formação discursiva (Pêcheux, 1997). Ainda assim, aos jornalistas sempre foi atribuído um poder de “percepção direta” dos fatos.

Práticas e valores profissionais envolvem modos próprios de processar a informação que vai ser convertida em notícia. São modos que tomam um conceito genérico de público como referência para avaliar a relevância informacional. O uso de técnicas universais de filtragem e apuração de fatos noticiosos, tratamento de fontes, checagem da veracidade das informações, apresentação do conteúdo de modo atraente e relevante para o público, tudo isso é complementado pelo repertório de conhecimentos prévios que o jornalista dispõe (*background knowledge*) e que o ajuda a organizar os fatos segundo modelos já conhecidos. Sabemos que, por exemplo, a aplicação do conceito de noticeabilidade pode resultar diferente dependendo da cultura. O

Pour citer cet article

Référence électronique

Margarethe Born Steinberger-Elias, « O conceito de cognição jornalística: Percepção social do caso Charlie segundo correspondentes na imprensa brasileira », *Sur le journalisme, About journalism, Sobre jornalismo* [En ligne], Vol 5, n°1 - 2016, mis en ligne le 15 septembre 2016.

URL : <http://surlejournalisme.com/rev>

que é notícia em uma cultura pode não sê-lo em outra, ou assumir proporção e significado variável. No caso dos correspondentes estrangeiros, o modo jornalístico típico de perceber e relatar acontecimentos está sujeito não só à cultura de origem, mas também a filtros cognitivos adicionais. Sediados em um país que não é o seu, os correspondentes convivem com colegas da imprensa local, ficam expostos a visões culturalmente conflitivas dos fatos e eventualmente são obrigados a escolher entre modelos mentais para enquadrar acontecimentos.

Quando o jornalista filtra e percebe fatos que não consegue de imediato categorizar e nomear, pode experimentar uma sensação de “estranhamento” cognitivo. Isto ocorre em dois tipos de situações: a) aquelas em que o evento a ser relatado foge aos modelos mentais comumente estabelecidos, ou seja, em que o evento era altamente improvável; b) em situações em que o evento era inusitado apenas aos olhos do jornalista tomando sua cultura e conhecimento prévio como referência. O Onze de Setembro é um dos melhores exemplos do primeiro caso (Steinberger, 2005). Quando o avião atingiu a primeira torre, jornalistas explicaram o fato utilizando de início o modelo mental “desastre aéreo” (organizado em categorias como: empresa aérea, prefixo e modelo da aeronave, origem do vôo, destino, horário, local, data, descrição do acidente, causa do acidente, número de vítimas, natureza dos danos, relatos de testemunhas, depoimento de entidades assistenciais, dos responsáveis pela empresa, etc.). Este modelo mostrou-se inadequado após o ataque do segundo avião às Torres Gêmeas e em menos de sessenta minutos foi trocado pelo modelo “ataque terrorista”. Ao final do dia, o presidente norte-americano George W. Bush anunciou que se tratava de “uma guerra”. Faltaram modelos mentais adequados para descrever os eventos.

Este trabalho irá tratar do segundo caso, muito comum de ocorrer entre correspondentes estrangeiros. Uma sensação de “estranhamento” cognitivo diante de um modelo inadequado pode obrigá-lo a reorganizar sua percepção. Quanto menos prováveis os fatos, menor a chance que ele terá de usar seus modelos cognitivos prévios para encaixá-los em modelos mentais conhecidos e relatá-los. Pode-se dizer que o modo jornalístico típico de um correspondente estrangeiro perceber e relatar acontecimentos está sujeito ao mesmo tempo à sua cultura de origem e aos filtros culturais do país onde está sediado.

Em que medida os valores e práticas profissionais universais compartilhados por jornalistas de diferentes países do mundo podem ser influenciados por uma percepção local dos fatos? Em que medida correspondentes estrangeiros são vulneráveis a essa

percepção local se ela se chocar com os modelos mentais que eles trazem de sua cultura de origem? E se o modelo mental usado de início para descrever os fatos não parecer adequado, como é operada cognitivamente a tomada de decisão sobre eventual troca e escolha de um novo modelo mental (*model switching*)? Até que ponto tais processos sócio-cognitivos vêm sendo afetados pelas novas tecnologias da informação e da comunicação no século XXI e pelos novos modos de produção e recepção de conteúdos? Se é verdadeira a hipótese de que há processos cognitivos específicos das práticas jornalísticas, cabe perguntar o que aconteceu com o “estranhamento” cognitivo do jornalista que convive agora num ambiente de multiplicidade e diversidade de modos de apresentar acontecimentos e dispõe de fontes quase ilimitadas de informação?

São questões muito complexas e este artigo propõe-se apenas a tratá-las de modo introdutório com base num estudo da percepção social brasileira sobre os ataques islâmicos em 7 de janeiro contra o jornal francês *Charlie Hebdo*. O trabalho apresenta um estudo de caso baseado na análise de uma amostra de vinte textos de correspondentes internacionais, colunistas e articulistas publicados no Brasil, perguntando de que modo eles perceberam e relataram o que ocorreu em Paris e o movimento Charlie em favor da liberdade de expressão.

Neste artigo tais questões serão discutidas em duas vertentes: teórica e prática. A vertente teórica define três tipos de cognição – social, jornalística e aculturada, e traz fundamentação para um modelo conceitual que seja capaz de explicar modos tipicamente jornalísticos de processar a produção e a recepção da informação (van Dijk, 1982) e suas mudanças nestes primeiros anos do século XXI.

A vertente prática toma os ataques ao jornal francês *Charlie Hebdo* em 7 de janeiro de 2015 como foco e analisa uma amostra de textos da autoria de correspondentes, articulistas e colunistas, perguntando de que modo eles contribuíram para a percepção social brasileira sobre o movimento Charlie. Os textos foram distribuídos em quatro grupos autorais: a) correspondentes brasileiros veteranos; b) novos correspondentes brasileiros; c) articulistas/colunistas estrangeiros traduzidos; d) articulistas/colunistas brasileiros. Os textos foram publicados em janeiro nos dias 13 (terça-feira), 15 (quinta-feira) e 18 (domingo) nos três maiores jornais brasileiros: *O Globo*, *O Estado de S. Paulo*, *Folha de S. Paulo*. Foram descartados os dias logo após o evento, considerando que prevaleceria uma cobertura de caráter mais factual e menos interpretativo. Houve diferença no modo como os quatro grupos autorais repercutiram os eventos de Paris? Quais as implicações

da decisão editorial dos jornais de publicar/ traduzir os vinte autores aqui apresentados e não outros? Sabemos que a sociedade brasileira não aderiu ao movimento Charlie em prol da liberdade de expressão. Por quê? Com base no conceito de cognição jornalística, o artigo avalia nos textos analisados reflexos de práticas profissionais e explora seus limites de relativização sócio-cultural.

POR QUE OS BRASILEIROS NÃO FORAM CHARLIE:

ALGUMAS HIPÓTESES

Nesta seção são analisados textos dos correspondentes veteranos Clovis Rossi (Madrid, Buenos Aires), Fernando Gabeira (Berlim) e Gilles Lapouge (Paris). Houve consenso de que os acontecimentos de 7 de janeiro em Paris não afetaram nossa sociedade. “Por que não fomos Charlie?” perguntou-se o colunista Clovis Rossi, na *Folha de S.Paulo* de 13 de janeiro. “Da Presidência da República às ruas, o Brasil está sendo incapaz de fazer parte do mundo”, diz o texto. O autor justifica o “silêncio ensurdecido” pela incapacidade crônica do brasileiro se mobilizar, protestar, ser inconformista. Que modelos cognitivos prévios o cidadão brasileiro tinha para entender o que ocorreu? Nós brasileiros somos um povo irremediavelmente colonizado e submisso? É uma hipótese.

Rossi criticou a Presidente da República Dilma Roussef pelo gesto burocrático de enviar a Paris apenas o embaixador brasileiro José Bustani como representante na mega-demonstração de 11 de janeiro. Para Rossi, faltou ao Brasil a percepção sobre o poder das manifestações de rua. O silêncio brasileiro decorreu da falta de percepção do Governo sobre a importância do movimento “Je suis Charlie”? É uma hipótese.

“E não vale dizer que a França é longe”, diz Rossi, citando as mil pessoas que protestaram em Buenos Aires diante da embaixada francesa. A presidente argentina Cristina Kirchner é acusada pelo Ministério Público de contribuir para a impunidade dos iranianos acusados pelo ataque terrorista à sede da Associação Mutual Israelita Argentina (Amia) em 18 de julho de 1994 que deixou 85 mortos e 300 feridos. Trata-se do maior atentado terrorista perpetrado na América Latina, quando um carro-bomba arrasou a sede da instituição judaica. A Casa Rosada teria acobertado os responsáveis devido a interesses econômicos em acordos comerciais com o Irã que previam exportação de carne e oleaginosas em troca de petróleo. O movimento Charlie serviu de munição política contra Cristina? E o caso Charlie teria obtido maior repercussão na Argentina do que

no Brasil porque a memória social do caso Amia vinculou cognitivamente os dois ataques?

O jornalista Fernando Gabeira, que foi correspondente da *Folha de S.Paulo* na Alemanha e em sua juventude participou do sequestro ao embaixador norte-americano no Rio de Janeiro dos anos 60 em plena ditadura militar brasileira, também acusa Dilma Roussef. Na coluna de *O Globo* em 18 de janeiro, diz: “O Brasil, através de seu governo, me desaponta nesse drama de alcance mundial. Quando Dilma propôs um diálogo com o Estado Islâmico na ONU, percebi que o governo vive numa outra época”. Gabeira alerta contra a intolerância religiosa no Brasil e aponta os riscos de vincular Estado e Religião. “A liberdade individual, livre de doutrinas políticas ou religiosas, é uma trincheira a se defender com todos os riscos”. Mas ressalva: “Embora os riscos não sejam tão altos aqui nos trópicos(...) A defesa da liberdade de expressão no Brasil de hoje já não é tão importante”, aludindo à ditadura militar (1964-1985). Os brasileiros hoje têm maior liberdade de expressão e por isso não se engajam em movimentos como o Charlie? É uma hipótese.

Diante dos ataques ao *Charlie Hebdo* e a um supermercado de produtos da comunidade judaica em Paris, vários textos evocaram o Onze de Setembro nos Estados Unidos de 2001. À época, um diagnóstico apressado atribuiu o fato a uma “guerra de civilizações” entre Oriente e Ocidente e não à ação de grupos extremistas islâmicos. No dia seguinte ao ataque às Torres Gêmeas, a mídia anunciou uma “Guerra ao Terror” contra inimigos identificados vagamente como *rogue states* (estados rebeldes). O presidente George W. Bush obteve o apoio da OTAN contra o Afeganistão e contra o Iraque numa guerra que confundia Estados e organizações terroristas (Bourdon, 2013). Já desde aquela época, o Brasil e outros países “periféricos” ficaram à margem da “Guerra ao Terror” promovida pelos EUA e seus aliados europeus? É uma hipótese.

Por que afinal os brasileiros não foram Charlie? De Paris, Gilles Lapouge escreveu em *O Estado de S.Paulo* que os ataques ao *Charlie* fizeram todo o planeta entrar em pânico, mas na mesma semana passou despercebido que duas mil pessoas foram massacradas na cidade de Baga, Nigéria, pelo grupo terrorista Boko Haram. A assimetria das vias de circulação informacional entre os hemisférios Norte e Sul vem de longa data (MacBride, 1980). No Brasil, a população tem a sensação de abandono e impunidade. Os índices de criminalidade (mais de 60 mil assassinatos por ano) pouco repercutem no espaço da mídia mundial onde o Charlie ganhou tanta projeção. Não fomos Charlie porque Charlie também nunca foi latino-americano? É uma hipótese.

**A CONSTRUÇÃO DE UMA PERCEPÇÃO SOCIAL
SOBRE O CASO CHARLIE**

Cognição social como processo coletivo

O conceito de cognição humana é definido pela Psicologia Cognitiva como processo da aquisição do conhecimento através das operações mentais de percepção, atenção, memória, raciocínio, juízo, imaginação. É um processo que se dá na correlação entre pensamento e linguagem e envolve estratégias de: a) filtragem e geração de conceitos; b) classificação e nomeação; c) compreensão e construção de juízos. De modo simplificado, pode-se dizer que cognição é a forma como a mente percebe, aprende, recorda e pensa sobre toda informação captada através dos cinco sentidos. O resultado final é a geração de modelos de conhecimento ou aprendizagem, ou seja, o domínio de sistemas de relações que são generalizáveis e podem levar à solução de problemas. O termo “cognição” vem dos escritos de Platão e Aristóteles e é abordado nos dias de hoje como objeto interdisciplinar de estudos da representação do conhecimento em Ciências Cognitivas envolvendo diferentes áreas de saber como Filosofia, Psicologia, Biologia, Linguística, Neurociência, Matemática e Inteligência Artificial.

A cognição envolve operações de armazenar, transformar e aplicar o conhecimento que, em princípio, servirá para orientar a melhor adaptação humana ao meio. Assim, a cognição é também um processo que converte aquilo que é captado no mundo externo para acomodar, assimilar e adaptar ao mundo interno. O ser humano é capaz de interagir com o meio em que vive sem perder a sua própria identidade existencial, que fica conservada em uma memória profunda e de longo prazo. Informação irrelevante é filtrada e lançada fora antes de ser processada para o significado (Broadbent, 1958).

Na Linguística, a Análise de Discurso usa o conceito de “cognição social” referindo-se a processos sociais experimentados coletivamente: percepção social, atenção social, memória social, juízos e preconceitos sociais, imaginação ou imaginário social. Neste trabalho, a exploração de hipóteses capazes de explicar por que o Brasil não foi Charlie oferece um espaço interessante para entender a percepção social como processo coletivo. Teorias da comunicação já criaram vários modelos para explicar o modo e a intensidade com que as notícias afetam opiniões e o modo como audiências enxergam os fatos (Steinberger, op.cit.). O exemplo histórico de cognição social é o efeito da máquina de propaganda nazista comandada por Goebbels sobre a sociedade alemã.

Um outro exemplo, menos radical, é a percepção social brasileira em relação ao uso de reatores de energia nuclear como fonte de energia desde que o mundo tomou conhecimento dos acidentes de Three Mile Island (EUA), Chernobyl (ex-URSS) e Fukushima (Japão). Os meios de comunicação chamaram a atenção da opinião pública para os riscos potenciais e pode-se dizer que, em resposta, o grau de confiança nesta fonte diminuiu, se comparado, por exemplo, às usinas termoeletricas. Hoje a memória destes acidentes foi incorporada ao debate social brasileiro sobre segurança energética e dificulta a liberação de verbas para dar continuidade aos projetos de Angra 3, usina nuclear situada no litoral do Rio de Janeiro. As imagens da fumaça nos reatores de Fukushima e os riscos do aquecimento ainda povoam a imaginação social brasileira sobre acidentes nucleares. Não se trata de discutir aqui se os riscos de fato existem, mas o modo como a percepção social pode ser afetada pela mídia (Steinberger, 2007).

No caso Charlie, a seção anterior mostrou que no primeiro grupo de textos há um consenso de que os ataques de Paris não sensibilizaram os brasileiros. No âmbito da cognição social brasileira, os argumentos podem ser resumidos assim: a) os brasileiros não têm vocação para o protesto e o inconformismo, são um povo submisso e colonizado e não se sentem parte de uma comunidade internacional; b) os brasileiros são influenciados por suas principais lideranças políticas ao produzirem seus juízos; c) a adesão relativa de brasileiros ao movimento Charlie seria apenas oportunista, como supostamente foi a dos argentinos, gerando munição para acusações de autoritarismo, falta de transparência e falta de liberdade entre grupos opositores; d) os brasileiros recuperaram a liberdade de expressão com o fim da ditadura militar e não têm interesse em movimentos contra intolerância religiosa, considerada pouco expressiva no Brasil; e) os brasileiros estiveram desde o início à margem da “Guerra ao Terror” promovida pelos EUA e seus aliados europeus a partir do Onze de Setembro; f) o Brasil vive uma guerra civil não declarada que deixa sessenta mil mortos por ano, mas essa violência em nações periféricas não desperta o interesse da comunidade internacional.

**COGNIÇÃO JORNALÍSTICA: MODELOS MENTAIS E
PRÁTICAS PROFISSIONAIS**

Assume-se neste trabalho que há um modo próprio de os jornalistas operarem seus filtros de relevância e percepção dos fatos, orientarem sua atenção distribuída entre aspectos gerais e específicos, organizarem os fatos para poder narrá-los em suas histórias. Aprender jornalismo é aprender um modo

típico de percepção e categorização da experiência antes mesmo de treinar técnicas de captação e divulgação de informação. A prática profissional também pode ser aprendida em convivência com colegas mais experientes e em reuniões informais para comentar os fatos ocorridos no dia. A cognição jornalística é uma subcategoria da cognição social, conceito que é baseado em um coletivo mais amplo e complexo.

A fundamentação teórica do conceito de “cognição jornalística” baseia-se num modelo do discurso jornalístico como manifestação de uma “cognição social” (van Dijk, 1988). Neste modelo, o discurso é definido como uma espécie de gramática (sistema de regras) que subjaz as práticas sociais específicas de um grupo e se revela através das representações e modelos mentais que contribuem para organizar essas práticas. As informações provêm de vários níveis de conhecimento compartilhado – memória, hábitos e atitudes, ideologias – e interação de forma complexa (Tomasello, 2003). Para van Dijk (op. cit.), os aspectos cognitivos envolvidos no processamento linguístico da informação jornalística são de ordem estratégica, isto é, adaptam-se para alcançar seus fins a cada etapa, ao invés de seguir um conjunto de passos rígidos e previamente estabelecidos.

Na era digital, novas práticas profissionais afetam a representação dos fatos, os modelos mentais e formações discursivas. Os novos correspondentes passaram a trabalhar com diferentes suportes de comunicação (televisão, rádio, computador, tablet, celular) e suas respectivas linguagens em canais de áudio, vídeo e texto. Suas fontes de informação não só se multiplicaram, como algumas delas passaram a colaborar na geração de conteúdos. Num mundo de novas tecnologias e formas instantâneas de comunicação, os meios de comunicação de massa já não têm a mesma importância do século passado (Hanners, 2004). No século XXI as mídias sociais prevalecem sobre as mídias convencionais, o poder de mobilização social dos principais jornais e seus correspondentes é relativo. No caso Charlie, relativo ao grau de indignação que circulou nas redes sociais, que são hoje os espaços preferenciais de trocas comunicativas. Um estudo do caso Charlie nas redes sociais poderá ser um contraponto ao que é apresentado neste trabalho. Contudo, a brevidade das mensagens e sua temporalidade (curto tempo tanto de produção quanto de recepção) acabam em geral comprometendo o potencial interpretativo e a profundidade que os jornais podem obter. Ainda assim, os brasileiros preferem as redes sociais aos jornais (impressos ou online).

No cenário de tecnologias móveis de comunicação, correspondentes internacionais obtêm mais impacto quando trabalham em ambientes multimi-

dia (Fino, 2003). O texto que produzem para rádio, televisão, jornais e revistas resulta quase sempre de postagens anteriores nas mídias sociais. O conteúdo picotado dessas postagens, geralmente notas e mensagens curtas que complementam imagens, não impede a expressão de um ponto de vista e um toque pessoal do jornalista (Canavilhas, 2006). Personalização, ineditismo e exclusividade garantem na recepção o efeito de compartilhamento e, ao mesmo tempo, de conteúdo exclusivo para um “clube seletivo de amigos”. Popularizou-se nas mídias sociais um recurso convencional usado nas mídias audiovisuais – o uso das “passagens”, que geram efeito noticioso apenas por mostrarem o correspondente *in loco*, dando aos usuários na internet a sensação de que são também testemunhas oculares dos fatos.

O *timing* dos novos correspondentes baseia-se em estratégias não só que otimizam a gestão de tempo, mas também que incorporam colaborações da audiência. No século XXI, as teorias de poder da mídia convencional sobre seus usuários tendem a ser relativizadas pela ação das redes sociais e com os clicks da audiência interferindo no texto final. É uma prática comum entre correspondentes postar conteúdos primeiro nas redes sociais e aguardar as reações e comentários que podem apontar novos ângulos de percepção ou simplesmente enriquecer o conteúdo. A experiência colaborativa precede a produção de matérias ao estilo das mídias convencionais. Jornalistas do século XXI tendem a ser mais interlocutores do que autores (Steinberger, 2006a).

Ainda quanto ao conteúdo, a busca de informação na internet favorece as estratégias adotadas pela maioria dos novos correspondentes: a prática do “empréstimo” de pautas alheias. Os jornalistas do século XXI são mais compiladores do que produtores de informação. A credibilidade das fontes pode ser um problema, mas nada que o domínio de idiomas, uma boa rede de contatos e boas noções sobre o arco ideológico local não possam resolver. Consultar informação disseminada na própria língua do país em que os fatos ocorreram ajuda bastante (Hess, 1996). Com pouco tempo para a captação do conteúdo, muitas vezes estes novos correspondentes produzem o que em outro texto já chamei de “jornalismo auto-referencial” – aquele em que a notícia é a mídia, ou seja, o dimensionamento do impacto do fato na mídia sobrepõe-se ao próprio fato (Steinberger, 2005).

Além do trabalho de van Dijk (1982), outro eixo de fundamentação teórica para o conceito de cognição jornalística vem do filósofo Michel Pêcheux (1991), apontado como fundador da Análise de

Discurso francesa. Segundo ele, há objetos discursivos que têm um modo de existir que é regido pelo modo como se fala deles. Para Pêcheux, o trabalho do pesquisador é determinar o estatuto das discursividades que modelam os fatos. Trata-se agora não apenas de investigar o modo típico de um jornalista profissional enxergar os acontecimentos, mas também o modo próprio sócio-cultural, político e tecnológico de, ao relatá-los e relatá-los de um certo modo, fazer com que tais acontecimentos existam para a sociedade. Ou não existam, já que o silêncio pode aprisioná-los no esquecimento (Steinberger, 2004a). Em alguns casos, se o “dito” foi digitalizado, a internet ainda pode resgatá-los da condenação definitiva e histórica à irrecuperabilidade.

Na linguagem escrita, uma micro-análise do discurso é capaz de avaliar sistemas de vocábulos e redes léxico-semânticas que caracterizam modos de apropriação/ construção dos fatos em seu tempo histórico. Também na linguagem audiovisual, técnicas de edição e sintaxe de cadeias narrativas permitem surpreender esses “gestos discursivos” (Pêcheux, 1975) antes de terem sido reciclados e ressignificados em novos modos históricos de produção e recepção.

COGNIÇÃO ACULTURADA: CORRESPONDENTES ESTRANGEIROS E “ESTRANHAMENTO”

A produtividade do conceito de “cognição jornalística” permite identificar elementos para construir uma teoria dos discursos sociais capaz de descrever e explicar como o jornalista realiza o recorte do “acontecimento” na substância da “atualidade”. Para isto, além de van Dijk e Pêcheux, uma outra fonte teórica importante é o historiador Paul Veyne (1982). Segundo ele, os fatos teriam uma “organização natural” e a função do historiador seria encontrá-la. No entanto, o modo “natural” de organizar os fatos seria baseado em um critério de importância relativa que só poderia ser estabelecido socialmente. Assim, o sentido dos fatos dependeria da trama em que estão inseridos e só poderia ser alcançado a partir de filtros parciais socialmente acessíveis. Isto é, acessíveis a um modo de conhecimento possível para uma determinada sociedade em um tempo e espaço culturalmente determinados. Uma análise dos discursos jornalísticos deveria mostrar como se dá a filtragem dos fatos relevantes e a produção de juízos em circunstâncias culturais próprias em tempo e espaço. Com sua teoria, Veyne abre caminho, para a idéia de uma “cognição aculturada”, ainda que sua teoria não tenha como objetivo esclarecer processos cognitivos envolvidos na aquisição de modelos de percepção de outra(s) cultura(s).

Correspondentes trabalham às vezes em ambientes sócio-culturais muito distintos daqueles aos quais estão acostumados em seus países de origem (Bourdon, 2009). Após viver muitos anos no estrangeiro, eles são sujeitos a uma cognição “aculturada”. Isto significa que eles tendem a usar modelos mentais locais para representar os fatos, em detrimento dos modelos mais adequados ao veículo para o qual trabalham em seu país de origem. Bons exemplos da cognição “aculturada” ocorrem nas reuniões virtuais de pauta quando correspondentes veteranos propõem pautas desinteressantes ou irrelevantes a seus editores. Estando fora há muito tempo, eles perdem a percepção do que interessa às audiências do país de origem. Estas operações cognitivas para filtrar e organizar sua percepção dos fatos tornam-se difíceis se os efeitos cognitivos da cultura de origem estão adormecidos.

O “estranhamento” é um efeito cognitivo comum em situações transculturais, quando dificuldades de filtrar e categorizar fatos podem estar associadas à experiência e conhecimento vinculados apenas à cultura de origem ou à cultura posterior adquirida. No entanto, no cenário de um jornalismo cada vez mais globalizado no século XXI, as comunicações são móveis e acompanham o jornalista todo o tempo e em toda parte. É de se esperar que o risco de “estranhamento” e de categorizações inadequadas seja cada vez menor? No novo modelo de jornalismo, as práticas colaborativas levam o jornalista a uma renúncia *a priori* ao controle individual sobre os vários “lados” na observação e descrição de um fato. Como em Veyne, ninguém pode exercer o controle sobre a história que é contada em múltiplas facetas numa trama sem limites. Nesta concepção, os eventos estarão sempre sujeitos a reinterpretação em novos sistemas de categorias e, portanto, os “estranhamentos” nunca acabarão.

Tecnicamente, o efeito de “estranhamento” tende a ocorrer depois da filtragem e percepção dos fatos, ao operar o sistema de classificação que irá rotular o evento. Por exemplo, no Onze de Setembro, jornalistas que cobriram o ataque do primeiro avião usaram o termo “acidente” para nomear os fatos. Quando o segundo avião atacou, os jornalistas “estranharam” e tiveram que buscar um novo termo – “ataque terrorista”. À noite, o presidente George W. Bush divulgou ao país em seu discurso televisivo que se tratava de uma “guerra” ao terror. Em menos de 24 horas, o evento foi rotulado com três etiquetas distintas. Os jornais do dia seguinte associaram o ataque às Torres Gêmeas ao ataque a Pearl Harbour, à Guerra do Vietnã e até mesmo à Segunda Guerra Mundial. Foram evidências da busca jornalística por categorias que

permitissem dimensionar e acomodar os fatos em modelos (frames) conhecidos.

O “estranhamento” só se manifesta, portanto, quando há uma categorização inadequada dos fatos filtrados e percebidos pelo observador, gerando a necessidade de uma troca de frame. Vivi uma experiência pessoal de “estranhamento” em 1991 quando era correspondente da *Folha de S. Paulo* em Berlim e fui enviada aos Bálcãs. A guerra que desintegraria a Iugoslávia estava se travando na Croácia, cuja capital é Zagreb. A cidade foi sitiada no dia em que viajei para lá e tive que aterrissar em Graz, no sul da Áustria, a 250 km de Zagreb. Consegui que um motorista de taxi me levasse, ele disse que não tinha medo da guerra porque era curdo e para os curdos a guerra é um modo de vida. Entrei em Zagreb de madrugada sob blackout, enxerguei trincheiras de sacos de areia nas esquinas, queria achar hotel e cheguei numa ruazinha cheia de pequenas lojas. As vitrinas cobertas com fita adesiva cruzada em “X” evocavam uma grande liquidação e ri comigo mesma porque sabia que a fita adesiva não deixa os vidros estilhaçarem com tiros e bombas. Lembrando este episódio anos depois, percebi que o rótulo “grande liquidação” era produto de uma cognição aculturada, compatível com minha identidade de mulher brasileira urbana em um país fortemente consumista como o Brasil. Na cognição jornalística, cabia na situação o modelo mental “guerra”. Aplicar rótulos a situações é definir uma “aboutness” e isso depende de alguma compreensão sobre o que está acontecendo. Naquela época, ainda não existia o cotidiano tão violento das cidades brasileiras de hoje, então o modelo mental “guerra” ainda não fazia parte do repertório cognitivo brasileiro usual.

Um modelo conceitual capaz de explicar os processos cognitivos envolvidos na produção e recepção da informação jornalística deve ser baseado numa dinâmica de troca de frames. A cognição jornalística deve ser capaz de operar uma conversão rápida entre sistemas de representação do conhecimento. O modo de conhecer do jornalista precisa ser fortemente adaptativo, ajustando seus modelos mentais na medida do possível. Calcular o melhor enquadramento, o melhor modelo mental (*frame*) pode levar a reinterpretar os fatos em outro sistema de representação e a resignificá-los. Nem sempre isso implica em renomeá-los. Os rótulos mergulham na polissemia dos discursos (Steinberger, 2005). Por exemplo, o conceito de “guerra” do meu motorista curdo era baseado na luta pela preservação de sua própria identidade. É diferente do conceito jornalístico estereotipado de guerra, associado a grande aparato militar, explosões causando perdas humanas e danos materiais em grande escala (Fino, 2003). Também não é igual ao conceito de “guerra”

nas cidades brasileiras onde o ataque à população civil pode ser quase imprevisível, ocorrendo a qualquer hora, em qualquer lugar, em situação isolada (por exemplo, bala perdida alcança cidadão vendo TV ou dormindo dentro de casa) ou de “arrastão” (ataque coletivo em ambientes controlados como restaurantes, edifícios, etc.). De qualquer forma, o frame “guerra” está hoje fortemente incorporado ao cotidiano brasileiro, deixou de ser um conceito silenciado, produto da filtragem e percepção de fatos socialmente não-ditos no Brasil.

ANÁLISE DE TEXTOS DE CORRESPONDENTES BRASILEIROS NO EXTERIOR SOBRE CHARLIE

Nesta seção serão apresentados oito textos de correspondentes brasileiros na cobertura do movimento Charlie. Nossos correspondentes no exterior não lograram reproduzir entre seus interlocutores no Brasil o ferrenho debate ideológico suscitado pelo caso Charlie. Nossos correspondentes perderam a percepção do “jeito brasileiro” e foram “franceses” demais? Foram vítimas de uma cognição aculturada e escreveram textos em que prevaleceram práticas de reciclagem da imprensa francesa?

O jornal *O Globo* de 18 de janeiro, abriu seu caderno “Mundo” com o chapéu “Je suis Charlie” (assim mesmo, em francês) e o título “De costas para a Europa: isolamento e falta de perspectivas criam cenário para a radicalização de jovens muçulmanos”. O jornal dedicou três páginas ao Charlie e organizou uma cobertura integrada, escalando quatro correspondentes em quatro capitais europeias para explicar o que faz jovens filhos de imigrantes na Espanha, Alemanha e Reino Unido “se deixarem seduzir pelo canto da jihad, a guerra santa contra o Ocidente em nome do Islã”. Segundo o jornal, os jovens descobrem o caminho da Síria ou do Iraque pela Internet, em “vídeos de produção hollywoodiana, falados em árabe, inglês ou francês” onde não é veiculado conteúdo religioso. Alguns também foram recrutados em mesquitas, todos querendo lutar pelo Estado Islâmico (EI), engajar-se na Al-Qaeda, ou treinar para realizar atentados quando voltarem à Europa.

A concepção de uma cobertura integrada parece ser um modo de tentar reproduzir na mídia convencional um simulacro das práticas colaborativas. Cinco textos compõem o conjunto. No primeiro, Fernando Eichenberg, correspondente de *O Globo* na França, entrevistou o sociólogo francês Michel Wieviorka, que aponta o atentado ao *Charlie Hebdo* como fator que fortalecerá a extre-

ma-direita de Marine Le Pen. A Frente Nacional, diz ele, pedirá ainda mais repressão, vigilância e controle policial, o que vai agradar boa parte da opinião pública”. O sociólogo aponta a falência do modelo republicano francês, diz que não foi toda a França que se mobilizou contra os atentados, e que os defensores do Charlie são uma classe social urbana, privilegiada, educada. Além da motivação geopolítica do conflito entre Islã e Ocidente, Wieviorka diz que o jihadismo é alimentado pelo racismo, pela discriminação de imigrantes e seus descendentes, e pelo desemprego. “O problema não é a liberdade de expressão, é a responsabilidade de cada um. Eu não teria publicado as caricaturas de Maomé, mas trata-se da minha opinião pessoal. Acho que o *Charlie Hebdo* foi irresponsável, mas defendo o direito deles de sê-lo.”

Um segundo texto, sub-retranca de Eichenberg, traz o depoimento de Myriam Beenraad, especialista em mundo árabe e muçulmano da Sciences-Po. Ela revela que por trás do terrorismo há uma crise na sociedade. Identificou as principais motivações de jovens europeus que aderem ao fundamentalismo islâmico na célula parisiense “Buttes-Chaumont”: crise identitária, condição sócio-econômica, dilema existencial e prisão. Adesões ao fundamentalismo islâmico “preenchem o vazio” de jovens pobres, mas também os de classe média, atraídos pelo desconhecido e querendo afastar-se de casa. E há adesões por influencia de colegas na prisão. O terceiro texto, de Priscila Guilayn, correspondente de *O Globo* na Espanha, tem o depoimento de Fernando Reinares, pesquisador do Instituto Elcano, descrevendo o perfil dos que se convertem: “Nos últimos dois anos, 70% dos detidos são filhos de imigrantes marroquinos, ou seja, eclodiu um jihadismo endógeno”. Não há conversões de católicos ao jihadismo, com exceção do brasileiro Kaique Guimarães, 18 anos, nascido em Goiás, que aderiu ao Islã na Espanha, mudou de nome e foi preso na Bulgária acusado de tentar juntar-se a um grupo radical na Síria.

O quarto texto é de Vivian Oswald, correspondente de *O Globo* no Reino Unido, e vai na mesma linha com a matéria intitulada “Isolamento e depressão empurram britânicos instruídos para a Jihad”. Contém o depoimento de Katharine Brown, especialista em Defesa do King’s College em Londres de que 35% dos acusados de terrorismo no Reino Unido são desempregados, e 33% teriam nível superior completo. No quinto texto, de Graça Magalhães-Ruether, correspondente de *O Globo* na Alemanha, diz que falta de perspectiva e sentido para a vida deflagra adesões ao jihadismo. E cita o rapper alemão Mohammed Youssef Ferchichi, que incentiva adesões com sua música.

A estratégia da cobertura integrada de *O Globo*, organizada a partir de uma pauta comum aos quatro correspondentes encontrou em *O Estado de S.Paulo* um contraponto interessante. Um único correspondente, Andrei Netto, enviou de Paris retrancas para várias editorias. Em 18 de janeiro, publicou a entrevista de Tariq Ramadan, professor de Estudos Islâmicos em Oxford, afirmando que não é Charlie e critica o slogan: “ou nós somos Charlie ou nós somos contra a liberdade de expressão?” Reclama que *Charlie Hebdo* “atacava sistematicamente os muçulmanos nos últimos anos (...) e nos dizem que isso é liberdade de expressão (...) liberdade de expressão deve ser igualitária e não insultante”. O segundo texto de Netto é sobre a Charlie Hexpo, homenagem aos que morreram organizada em Paris na galeria 28 Bis por cartunistas de várias partes do mundo. A mostra inclui exemplares da revista *Grilo*, que circulou no Brasil entre 1971 e 1973 e apresentou ao país o trabalho do cartunista Georges Wolinski.

A edição do semanário francês após o atentado saiu com sete milhões de cópias em 16 línguas (a tiragem usual era de 60 mil). Na capa, uma nova charge reproduzindo a imagem do profeta Maomé, todo vestido de branco e chorando ao dizer “eu sou Charlie” sob a mensagem “tudo foi perdoado”. O articulista brasileiro Sergio Augusto, escreveu também no dia 18 que o *Charlie* “voltou do jeito que sempre foi: um “jornal irresponsável”, impudente, imprudente, debochado, ecumenicamente iconoclasta e rabelaisianamente excessivo”. *Charlie* seria “fruto da subversão anárquica de Maio de 68” cujo glamour atraiu universitários no Brasil, especialmente nos anos 70.

Pode-se avaliar que o trabalho dos novos correspondentes brasileiros contribuiu para uma percepção social brasileira sobre o movimento Charlie com base em argumentos construídos a partir de uma cognição jornalística e aculturada. Jornalística porque adotou uma estratégia de cobertura distribuída sugerindo um modelo colaborativo, mesmo que na prática não tenha se realizado. Aculturada porque os fatos são cognitivamente organizados a partir de focos, referências geográficas e categorias locais sediadas na França. Foi uma estratégia para obter a “cor local” da cidade onde cada um dos correspondentes estava baseado? É possível que sim, mas isto só agregaria mais um atributo ao processo cognitivo: cognição aculturada intencional. Em resumo: a) quem defende o *Charlie* é a “classe urbana, privilegiada e educada”, aquela que mais lê jornais e revistas na França; b) o problema no *Charlie Hebdo* não foi de falta de liberdade de expressão, mas de falta de responsabilidade em lidar com os direitos dos outros; c) por detrás do terrorismo há uma crise da sociedade francesa, os jovens filhos de imigran-

tes são marginalizados e carentes de alternativas; (a condição dos imigrantes brasileiros na Europa não é diferente daquela que os muçulmanos são obrigados a enfrentar) d) os jihadistas europeus são cultos e têm ensino superior, mesmo assim ficam desempregados; e) os jihadistas europeus gostam de rap e têm senso de humor; f) há anos *Charlie* atacava sistematicamente os muçulmanos e eles acabaram reagindo, não é preciso ser Charlie para defender a liberdade de expressão; g) *Charlie* é um “jornal irresponsável”, debochado, iconoclasta e fruto da subversão anárquica, respondendo ao atentado com nova provocação; h) o humor dos cartunistas do Charlie não combina com dogmatismos (no Brasil serviu de válvula de escape contra a opressão da ditadura).

ANÁLISE DE TEXTOS DA IMPRENSA ESTRANGEIRA TRADUZIDOS POR JORNAIS BRASILEIROS

Textos de jornalistas estrangeiros traduzidos e publicados nos jornais analisados fazem um contraponto internacional ao material “aculturado” dos correspondentes brasileiros. Sob o chapéu “Liberdade sob ataque”, *O Estado de S. Paulo* publicou dia 18 de janeiro o texto de David Ignatius, do *The Washington Post*, intitulado “A resposta errada aos ataques contra o *Charlie Hebdo*”. O autor justifica a recusa de Barack Obama em liderar uma cruzada ocidental contra o Estado Islâmico. Apresenta três lições que a Casa Branca teria aprendido com os atentados do Onze de Setembro: a) reconhecer que não cabe aos EUA “dizer a muçulmanos o que é o Islã de fato”; b) cabe às próprias comunidades muçulmanas dos EUA lidar com seus jovens candidatos à Jihad; c) apostar numa rede das redes contra o terrorismo nas mídias sociais, como faz a Good Ideas, criada em 2011, em que 300 ex-jihadistas dão aconselhamento online.

Uma outra tradução publicada em *O Estado* é o depoimento pessoal de Abdelkader Benali para o *The New York Times* sobre “A difícil adaptação do muçulmano europeu”. O autor pontua que “os muçulmanos são tão europeus quanto os ciganos, os gays, os intelectuais, os agricultores e os operários de fábricas. Estamos na Europa há séculos, os políticos e a imprensa precisam parar de agir como se tivéssemos chegado ontem. Estamos aqui para ficar.”

A tradução do artigo do escritor chileno Ariel Dorfman parte da pergunta inicial “Por que na América Latina não se levantam milhares a declarar que são Jose Carrasco, Luis de Jesus Luna, Regina Martínez?” Carrasco foi mártir da revolução chilena, o radialista guatemalteco Luna foi morto a tiros, e a jornalista mexicana morreu quando investigava a re-

lação entre narcotraficantes e políticos. “O mundo ignorou estes atentados”, denuncia Dorfman, lembrando colegas latino-americanos que tombaram e ainda tombam “sem que ninguém preste atenção”. Mas reconhece que “em lugares distantes do Champs-Élysées e da mídia, os que se insurgem contra a estupidez e a opressão talvez possam estar um pouco menos sós.

Um resumo do modo como os textos estrangeiros traduzidos para o Português contribuíram para uma percepção social brasileira sobre o Charlie pode concluir que os textos traduzidos, embora diversificados, adotaram individualmente modelos cognitivos locais, sejam dos EUA, dos muçulmanos europeizados, ou dos latino-americanos. Os argumentos baseiam-se nos seguintes pontos: a) os EUA vão “deixar” os países muçulmanos e as comunidades islâmicas lidarem com os novos jihadistas, ao mesmo tempo que incentivam a ação de ex-jihadistas nas mídias sociais e elogiam seu forte poder de dissuasão; b) os muçulmanos europeus sofrem crises de identidade sem saber a qual cultura pertencem, mas são valentes e brigam para manter seu lugar; c) a comunidade internacional não expressa solidariedade às vítimas do terror na América Latina como fez no caso Charlie; d) os latino-americanos já não têm por que se sentir tão sozinhos quando lutam contra a estupidez e a opressão.

PROJETO DE UMA COGNIÇÃO SOCIAL GLOBAL: O CASO CHARLIE VISTO POR COLUNISTAS E ARTICULISTAS BRASILEIROS

A solidão da América Latina também foi tema de artigo do economista e diretor da Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (Cepal) no Brasil, Carlos Mussi. Apontando para uma possível estagnação secular da economia mundial, Mussi diz que o desafio é superar a “solidão” em três níveis: o da economia mundial e cadeias produtivas para diversificar exportações; o dos países latino-americanos e do projeto de integração produtiva; o da solidão interna de cada país, entre governo e o setor privado, que precisam de confiança mútua para dar sequência a seus projetos de investimentos. Não há no texto de Mussi nenhuma referência direta ao caso Charlie, mas aderir às demonstrações e à indignação mundial no caso Charlie poderia ajudar a sair da solidão e a inserir o Brasil na sociedade civil mundial e no espaço midiático.

Um outro colunista, no entanto, alerta que “a loucura é contagiosa” e pergunta-se: “E se o jornal satírico *Charlie Hebdo* nunca tivesse publicado cartuns ofensivos para a religião muçulmana, será

que o massacre teria ocorrido?” Em sua coluna de 13 de janeiro de 2015 para o jornal *Folha de S.Paulo*, intitulada “A Loucura é contagiosa”, João Pereira Coutinho disse que o leitor brasileiro, “no conforto de seu lar”, não poderia calar esta “pergunta lógica, porém desconfortável”.

“Por que motivo insistimos em “blasfemar” (aspas dele) contra a fé dos radicais? Ganhamos alguma coisa com isso?” O autor credita a um “leitor benemérito” estas “perguntas ingênuas” baseadas no pressuposto de que “se o Ocidente apagar o mundo islâmico dos seus radares (...), o mundo islâmico também apagará o Ocidente das suas armas”. E baseadas também no imperativo de que “A Deus o que é de Deus, a Cesar o que é de Cesar, e a Alá o que é de Alá. Cada um no seu canto. Em paz e sossego.”

O colunista da *Folha* responde tais perguntas com o argumento de que “o terrorismo islâmico não precisa de nenhum pretexto para atacar um “modo de vida” (aspas dele) que abomina no seu todo”. “Se não fossem os cartuns, seria outra coisa qualquer”. E pondera: “silenciar a liberdade de expressão seria um suicídio civilizacional – e uma vitória para os assassinos”.

O autor lembra que Hitler “era igualmente ridicularizado nos cartuns antinazistas de Will Dyson ou David Low (os Wolinskis da época)” nos jornais britânicos *Daily Herald* e *Evening Standard*. Tudo teria sido diferente se Hitler tivesse sido tratado com “respeito” (aspas dele) pelos jornais? Claro que não, e o autor conclui que “não somos responsáveis pela loucura dos outros”. Ao invés de ir contra o isolamento latino-americano e a favor de uma aproximação com a sociedade civil mundial, este colunista argumenta que somos vulneráveis à loucura dos outros, mas não somos responsáveis por ela. Seu texto sugere que tomar uma posição já seria uma forma de adesão, seja ao grupo dos “loucos” extremistas, seja aos grupos que debatem a liberdade de expressão como valor transcendental. O autor não deixa de apresentar um argumento em favor de continuarmos isolados, considerando um debate do qual já estamos aliados desde o ponto de partida. Cidadãos de países “jovens” da África e da América Latina, como os jovens candidatos a jihadistas, também podem sentir-se deslocados nesta sociedade civil mundial e até solidarizar-se com a posição vulnerável dos “loucos”.

Os principais pontos apresentados nos textos selecionados de articulistas e colunistas apontam que este quarto grupo de textos concentra-se na percepção de argumentos a favor e contra a adesão brasileira a uma sociedade civil internacional. Em oposição ao grupo anterior, cognitivamente ancorado em referências locais, este aponta o caminho de uma

cognição social global baseada no compartilhamento de valores e na força da união. Em resumo: a) já que não se confirmaram as expectativas de melhora na conjuntura econômica nos últimos quatro anos, agora cabe à América Latina superar o isolamento e recuperar a credibilidade; b) posturas conciliadoras diante do terrorismo são ingênuas e ineficazes porque não o neutralizam; c) a censura aos cartunistas de humor e a outros modos de expressão social não garante que seja estancada a violência para a qual eles são válvulas de escape; d) o brasileiro é vulnerável à violência e ao terrorismo, mas nem por isto tem responsabilidade sobre os que adotam tais práticas.

O silêncio de “cidadãos locais” nas batalhas da mídia global: uma cognição social aculturada?

O movimento Charlie esgotou-se rapidamente nas redes midiáticas brasileiras. Na edição de 1 de fevereiro de *O Estado de S.Paulo*, o caderno “Internacional” abandonou o “chapéu” Liberdade sob Ataque. A pauta Charlie aparece minguada e apenas o artigo “O Som ao redor”, do cientista social Luiz Werneck Vianna (PUC-Rio) ainda tem fôlego para queixar-se de uma sociedade brasileira “nostálgica do terceiro-mundismo” que fez “ouvidos moucos” ao movimento Charlie.

Vianna exalta a “impressionante demonstração de Paris, à frente da qual marcharam expressivas lideranças mundiais – políticas e religiosas – em nome das liberdades de expressão e de culto religioso”. Para o autor, manifestou-se ali “o embrião de uma sociedade civil mundial dotada de voz capaz de se fazer ouvir e que guarda na memória o que havia de universal na Revolução Francesa”. Em tom triunfal, o autor pondera que movimentos em favor da inclusão social e contra a xenofobia, a exclusão econômica e o racismo se fortaleceram e põem em xeque a extrema-direita e suas “lógicas que pareciam ter-se naturalizado”. Sobre o aumento dos índices de popularidade de François Hollande após a marcha, diz: “Na esteira daquelas grandiosas manifestações, dirigentes da União Européia já se empenham em esforços comuns com países árabes de combate ao terrorismo, e se fortalecem as lideranças democráticas”.

Segundo o articulista, o Brasil está isolado e não participa da nova sociedade civil mundial devido à sua “herança intelectual” economicista, apostando erroneamente que os mecanismos de autorregulação dos mercados lhe reservarão um “happy end” (aspas do autor). Vianna defende “as velhas lições” e diz que o País “entregue a si mesmo” corre o risco de “resultados danosos”. Então defende “a ação reguladora de instâncias jurídico-políticas em nível global”, citando organismos internacionais e a opinião

pública internacional, e indica como soluções para o terrorismo uma “ordem cosmopolita” e “a formação de um direito mundial”.

O século XX teve guerras sangrentas, massacres e holocausto, a “Guerra ao Terror” não tem quinze anos e não começou no Onze de Setembro. O histórico das ações terroristas nas Olimpíadas de Munique (1972), no aeroporto ugandense de Entebbe (1976), no metrô de Tóquio com gás sarin (1995), e mais recentemente nos metrôs de Madri (2004) e Londres (2005), entre outras, relativizam esta interpretação.

O conceito de terrorismo define-se pelo “uso de violência física ou psicológica através de ataques localizados a elementos ou instalações de modo a incutir medo e assim obter efeitos psicológicos que ultrapassem largamente o círculo das vítimas”. A dimensão de escalabilidade de tais efeitos potencializa-se no mundo do século XXI conectado pela internet. Entretanto, no caso dos ataques de Paris, a resposta superdimensionada não advém apenas da acessibilidade provida pela tecnologia. Ela está sendo construída no campo político e sócio-cognitivo através dos conceitos de sociedade civil globalizada e de cidadania internacional. Com o respaldo de um “Estado tecnológico”, esses “cidadãos internacionais” teriam legitimidade para enfrentar inimigos locais – neste caso, mais de três mil novos jihadistas que são cidadãos europeus.

Na esfera dos Estados nacionais, as batalhas a serem travadas estão, de um lado, no campo das políticas públicas voltadas à inclusão social, e de outro lado, no campo da comunicação como atividade preferencial de troca social para a educação política (Steinberger, 2005b). A disseminação de conceitos civilizatórios mantém-se através de instrumentos formais (agregações partidárias, entidades de classe, etc.). Mas é a ação midiática descentralizada das redes sociais que geraria a mobilização necessária para desencadear uma “inclusão internacional” através de demonstrações locais e presenciais, como a de 11 de janeiro de 2015 em Paris ou através de manifestações globais e não-presenciais de uma sociedade civil mundial.

O Brasil esteve ausente nesta frente de batalha, embora quatro dias após os ataques de Paris, as ruas de São Paulo se enchessem de manifestantes, sim, mas contra o aumento dos preços das passagens de ônibus. Nenhuma palavra sobre o *Charlie*. Entre os manifestantes, ativistas do Movimento Passe Livre (MPL) que pleiteiam o transporte público gratuito, ao lado de adeptos da tática “black block” que defendem a depredação como forma de protesto. Incendiam ônibus e atacam bancos, concessionárias e outros ícones capitalistas. É uma luta que não ganhou

o foro global e não faz parte dos movimentos civis em escala mundial. Pode a dimensão local desses protestos sociais projetar-se em uma esfera pública internacional? A cognição social aculturada mobiliza o pensamento, isto é, os processos de filtragem dos fatos em *frames* que merecem interpretação, classificação e compreensão para a formação de juízos e o delineamento de soluções de problemas. A julgar pela percepção brasileira do Charlie, a comunicação baseada numa cognição jornalística – modos de Ver, Dizer e Fazer tipicamente jornalísticos – não teve o poder de afetar tais processos.

Na análise textual aqui apresentada foi extraído um total de 22 observações (distribuídas entre os quatro grupos autorais) que ajudam a entender o modo como correspondentes e articulistas/columnistas “desenharam” a percepção social brasileira do Charlie. Os papéis sociais foram distribuídos entre jihadistas, dirigentes europeus, lideranças brasileiras, cartunistas do Charlie, seus assassinos, países periféricos, e vários outros atores, compondo uma densa rede discursiva (Steinberger, 2010). Os resultados preliminares desta pesquisa apontam que o conceito de cognição jornalística revelou-se produtivo como operador teórico e metodológico de uma análise da percepção social com foco em processos de filtragem de fatos jornalísticos.

A análise indicou que os processos sócio-cognitivos envolvidos nas práticas jornalísticas dos correspondentes e articulistas/columnistas já não são baseados em vagos contratos sociais de percepção (Steinberger, 2008). No ambiente tecnológico deste começo do século XXI, tais práticas abarcam um novo conceito de “estranhamento” que não se resente mais da falta de modelos de filtros cognitivos (*frames*) que abriguem eventos, e sim de um superdimensionamento e da complexidade dos filtros disponíveis, sejam eles operados por redes sociais ou pelas mídias convencionais. Como dizia Veyne (1982), nenhum fato pode ser apreendido em sua totalidade.

O veterano jornalista “estranhou” o silêncio brasileiro diante de Charlie? Credita tal silêncio à nossa incapacidade de protestar e ser inconformistas? O “estranhamento” de correspondentes e columnistas é o contraponto de modelos mentais incorporados e consolidados em anos de prática profissional. Como no exemplo já citado de um conceito estereotipado de “guerra” construído pelas mídias com foco apenas em danos materiais e vítimas (mas não em identidades ameaçadas), o foco do Charlie nos textos não foi organizado a partir do *frame* da liberdade de expressão. Preocupados com a carestia, a falta d’água e o aumento das contas de luz, os brasileiros silenciaram sobre o caso Charlie como o mundo si-

lencia sobre nossos mais de 60 mil assassinatos por ano. Os autores filtraram e perceberam o silêncio brasileiro, mas não lograram compreendê-lo dentro da própria lógica do movimento “Je suis Charlie”. Tirando as elites intelectualizadas, que aderem ao

conceito de “cidadania internacional” sem reservas, o que a sociedade brasileira fez foi lançar mão de sua liberdade de expressão para silenciar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Bourdon, J., 2013, “D'étranges étrangers. Qui gouverne les correspondants de Jérusalem?”, *Sur le journalisme*, vol. 2, nº2, 2013, pp. 144-157.
- Bourdon, J., 2009, *Le récit impossible. Le conflit israélo-palestinien et les médias*, Paris, INA et De Boeck.
- Canavilhas, J. M. M., 2006, “Do Jornalismo online ao webjornalismo: formação para a mudança”, *Comunicação e Sociedade*, vol. 9-10, pp. 113-119.
- Broadbent, D. E., 1958, *Percepção e Comunicação*, Oxford, Pergamon Press.
- Fino, C., 2003, *A Guerra ao Vivo*, São Paulo, Berbo.
- Hanners, U., 2004, *Foreign news: exploring the world of foreign correspondents*, Chicago, Chicago University Press.
- Hess, S., 1996, *International News and Foreign Correspondents*, Washington, Brookings.
- Macbride, S., 1980, *Voix multiples, un seul monde*, Paris, UNESCO.
- Pêcheux, M., 1975, “Analyse du discours: langue et idéologies”, *Langages*, nº9, Paris, Didier-Larousse.
- Pêcheux, M., 1997, *O Discurso: estrutura ou acontecimento*, Campinas, Pontes.
- Steinberger, M. B., 2004, “Cognição jornalística e história dos acontecimentos”, *Anais do Colóquio Brasil-França*, Porto Alegre, Intercom.
- Steinberger, M. B., 2004a, “Economia das representações e valor da informação jornalística: o consumo como trabalho”, *Revista eletrônica da ECA-USP Pensamento jornalístico brasileiro (PJBr)*, vol. Comunicação e Sociedade, edição 04.
- Steinberger, M. B., 2005, *Discursos geopolíticos da mídia: jornalismo e imaginário internacional na América Latina*, São Paulo, Fapesp/Educ/Cortez Eds.
- Steinberger, M. B., 2005b, “Jornalismo e imaginário internacional sobre o Mercosul”, *Revista de Estudos de Jornalismo e Mídia*, vol. II, nº2, Florianópolis, UFSC.
- Steinberger, M. B., 2006a, “El Periodista como consumidor de información en la economía de las representaciones digitales”, *Revista Eletrônica EPTIC*, jul.-ago. 2006.
- Steinberger, M. B., 2007, “Les Médias, l’opinion publique et les affaires étrangères au Brésil de Lula: le cas bolivien”, *Revue du Gresec*, Université Stendhal-3, Publications Universitaires de Grenoble, avr-mai 2007.
- Steinberger, M. B., 2008, “A Imagem do Brasil construída por correspondentes portugueses: um estudo a partir da agência Lusa”, *I Colóquio Brasil-Portugal de Ciências da Comunicação*, Natal, Intercom.
- Steinberger, M. B., 2010, “Estudo das condições de produção de relatos sobre desastres naturais na América Latina”, Grupo de Trabalho *Geografias da Comunicação*, Caxias do Sul, Intercom.
- Tomasello, M., 2003, *Origens Culturais da Aquisição do Conhecimento Humano*, São Paulo, Martins Fontes.
- Van Dijk, T., 1982, *Cognição, discurso e interação*, São Paulo, Contexto.
- Veyne, P., 1982, *Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história*, Brasília, UNB.

Pt. Há um modo tipicamente jornalístico de perceber e relatar acontecimentos? Este trabalho assume como ponto de partida que sim, e pode-se falar de uma “cognição jornalística”. Práticas profissionais impõem modos próprios de processar a informação que vai ser convertida em notícia. Um repertório de conhecimentos prévios (*background knowledge*) que o jornalista dispõe também ajuda a organizar os fatos segundo modelos cognitivos já conhecidos. No caso do correspondente estrangeiro, o modo jornalístico típico de perceber e relatar acontecimentos pode estar submetido não só a sua cultura de origem, mas também aos filtros culturais da região onde ele está sediado. Em que medida seus valores universais e suas práticas profissionais são influenciados por uma percepção local dos fatos? Em que medida os correspondentes estrangeiros são vulneráveis a esta percepção local, se ela entrar em colisão com os modelos mentais que eles trazem de sua cultura de origem? E se o modelo mental utilizado para descrever os fatos não lhes parecer apropriado, como a decisão sobre a escolha de um novo modelo é tomada (*model switching*)? Pode ocorrer uma sensação de “estranhamento” cognitivo, obrigando o correspondente a reorganizar sua percepção? Até que ponto tais processos sócio-cognitivos foram afetados pelas novas tecnologias da informação e da comunicação e pelos novos modos de produção e recepção de conteúdo no século XXI? São questões bem complexas e este artigo irá introduzi-las a partir de uma análise da percepção social de correspondentes internacionais, articulistas e colunistas sobre os ataques islâmicos de 7 de janeiro de 2015 contra o jornal *Charlie Hebdo*. A análise foi baseada em um corpus de vinte artigos publicados na imprensa brasileira sobre os acontecimentos de Paris e o movimento Charlie pela liberdade de expressão.

Palavras-chave: cognição; percepção social; discurso jornalístico; correspondentes estrangeiros; caso Charlie Hebdo.

Fr. Est-ce que les journalistes ont une façon typique de percevoir et rapporter les événements? Ce travail présuppose que oui, et que l'on peut parler d'une « cognition journalistique ». Les pratiques de travail imposent ses propres moyens pour le traitement de l'information qui va être convertie en nouvelles. Un répertoire de connaissance préalable (*background knowledge*) peut aider le journaliste à organiser les événements selon des modèles cognitifs qui lui sont déjà connus. Dans le cas des correspondants étrangers, la manière journalistique typique de percevoir et rapporter les événements peut être soumise non seulement à cette culture d'origine, mais aussi aux filtres culturels du pays où le correspondant se trouve. Dans quelle mesure ses valeurs universelles et ses pratiques de travail sont influencées par une perception locale des faits ? Dans quelle mesure les correspondants étrangers sont vulnérables à cette perception locale si elle entre en collision avec les modèles mentaux qu'ils importent de leur culture d'origine ? Et si le modèle mental utilisé pour décrire les faits ne semble pas approprié, comment la décision sur le choix d'un nouvel modèle est prise (*model switching*) ? Le sentiment d'une « étrangeté » cognitive peut-il forcer le correspondant à réorganiser sa perception ? À quel point ces processus socio-cognitifs ont été modifiés au XXI^e siècle par les nouvelles technologies de l'information et de la communication et par les nouveaux modes de production et de réception de contenu ? Ce sont des questions très complexes qui seront introduites ici à partir d'une analyse de la perception sociale de correspondants, chroniqueurs et écrivains sur les attaques islamiques le 7 Janvier 2015 contre le journal français *Charlie Hebdo*. L'analyse a été faite sur un corpus de vingt articles publiés dans la presse brésilienne sur la perception sociale des événements de Paris et du mouvement Charlie en faveur de la liberté d'expression.

Mots-clés: cognition; perception sociale ; discours journalistique; correspondants étrangers; le cas Charlie Hebdo

En. Is there a singular “journalistic” way to perceive and report events? This paper takes a “yes” as its starting point and calls it “journalistic cognition”—journalistic work practices and values impose on the manner information is processed and converted into news. Journalists use personal background knowledge when they organize and classify information within common cognitive models. In the case of foreign correspondents, typical journalistic ways of perceiving and reporting events may be bound not only to their original culture, but also to the regional culture from where they are reporting. Sometimes prevalent models don’t fit and the journalistic cognitive experience becomes muddled for a lack of words and structure to properly categorize events. An alternate cognitive model must then be created. To what extent are foreign correspondents’ universal professional values and practices influenced by local perception of facts? To what extent are foreign correspondents open to local perceptions if they collide with mental models from their own culture? And if a cognitive model used to describe the facts does not seem to fit, what decision making process is selected to find a new model? Do uncomfortable feelings of cognitive oddity oblige foreign correspondents to reorganize their schemata of perception? To what extent have such socio-cognitive processes been affected by new information and communication technologies and new modes of content production and reception in the twenty-first century? These are very complex issues that will be introduced in this article with the support of a case study based on twenty texts written by correspondents and columnists in the Brazilian press. The analysis focuses on how they perceived and reported the January 7, 2015 attacks against the French newspaper *Charlie Hebdo* and its freedom of speech campaign.

Keywords: cognition, social perception, journalistic discourse, foreign correspondents, the Charlie Hebdo case

